

## Política Externa e as Forças Políticas no Brasil

MARCOS DE AZAMBUJA

■ Um processo político como o que levou ao impedimento da Presidente Dilma Rousseff não podia deixar de ter repercussões sobre o desenho e a execução da política externa brasileira.

Embora questões de análise e execução de política exterior não estivessem no centro do processo contra ela nem fizessem parte do grande debate que aconteceu no Congresso e na opinião pública e nem fossem tema prioritário nas mobilizações que ocorreram em favor ou contra a administração da ex-presidente não é menos verdade que, em vários e importantes setores da opinião pública brasileira havia amadurecido a convicção de que o Brasil, sem motivos determinantes, se havia afastado de alguns princípios, interesses e objetivos que deviam continuar a orientar sua política exterior.

As principais dúvidas se fundavam na tendência do Presidente Lula (em seu segundo mandato) e da Presidente Dilma durante toda sua gestão de promover uma aproximação mais íntima e pouco crítica com regimes de baixa ou nenhuma legitimidade democrática (sobretudo na África) e a praticar, na América Latina, uma opção preferencial por governos de nítido caráter nacionalista e populista sobretudo aqueles que, sob o impulso inicial de Hugo Chávez, haviam promovido a convergência bolivariana. Alegava-se que essa prática favoreceria a pretensão brasileira de obter um assento permanente no Conselho de Segurança, mas isso era uma maneira de procurar dar uma motivação pragmática ao que era na verdade, um deliberado favorecimento a países ideologicamente “like minded”

Essas políticas que, a rigor, tinham um conteúdo sobretudo retórico estimularam, também, o governo brasileiro a fazer investimentos, a buscar parcerias e a manifestar indulgência com Governos de duvidosa competência e legitimidade..

Paralelamente se observava um relativo distanciamento daqueles países da nossa região geográfica que não seguiam esse modelo e que se concentravam,

sobretudo, na margem latino-americana do Oceano Pacífico e cujas economias mostravam uma vigorosa e sustentada capacidade de crescer.

Aconteceu também nos últimos anos- e de forma paralela – uma grande ampliação de postos diplomáticos e consulares brasileiros no exterior vários dos quais de duvidosa utilidade ou apenas marginalmente relevantes. Isso levou a um aumento excessivo de despesas e hoje a diplomacia brasileira está atrasada no pagamento de contribuições devidas a organizações internacionais e em certos lugares seus funcionários sofrem atraso em seus vencimentos e outros constrangimentos. Existe o sentimento generalizado de que a ampliação de quadros e de nossa presença diplomática foi longe demais depressa demais. A situação financeira de nossa máquina diplomática é frágil.

O esgotamento do ciclo marcado pela grande valorização das matérias primas, pelo extraordinário crescimento da economia chinesa, por uma acentuada liquidez internacional somado a outros fatores favoráveis aos interesses brasileiros deveria ter levado a um reexame crítico de algumas das premissas de nossa ação diplomática o que só aconteceu com atraso e de maneira muito parcial, hesitante e reativa.

Em boa medida afinidades de natureza afetiva e ideológica prejudicaram uma visão lúcida e objetiva de nossos interesses e o Brasil, sem precisar fazê-lo embarcou em algumas canoas furadas e sofreu um desgaste desnecessário.

A presença de José Serra a frente da diplomacia brasileira coloca no Itamaraty um peso pesado da nossa política com poderosa trajetória na vida do país como deputado, prefeito, senador, ministro e governador e candidato pelo PSDB e outros partidos coligados à Presidência da República. Em uma iniciativa importante Serra conseguiu colocar a CAMEX –Câmara de Comércio Exterior junto à APEX sob o guarda chuva da diplomacia brasileira e, com isso, ampliou suas influência na formulação da nossa ação e presença internacionais.

Serra observou também que a aposta brasileira virtualmente exclusiva nos caminhos e nos métodos da diplomacia multilateral em assuntos de comércio levou a uma quase paralisia de nossa capacidade de agir quando a OMC não conseguiu fazer desbloquear a rodada Doha. Como as fichas brasileiras estavam quase todas nesse único processo importantes oportunidades de avançar em arranjos bilaterais ou sub-regionais foram desaproveitadas e existe tempo perdido para recuperar.

A diplomacia brasileira como exercida nos últimos meses identificou na Argentina com a nova configuração de poder expressa pela eleição de Mauricio Macri uma oportunidade para dinamizar o relacionamento bilateral e procurar dar ao MERCOSUL mais eficácia e realismo. Busca-se, também e já era tempo,

uma relação mais próxima e construtiva com os nossos vizinhos que integram a Aliança do Pacífico.

A política externa brasileira aponta, também, para uma revalorização de nossos interesses em matéria ambiental, para uma rededicação à causa dos direitos humanos e uma revitalização de nossas parcerias tradicionais, vale dizer com os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão.

O que se pode esperar é que a gestão Serra no Itamaraty devolva a univocidade a nossa política externa que, nos últimos anos, funcionou com um duplo comando: o do PT e o da própria Chancelaria

O realismo de José Serra faz com que veja com sobriedade a reforma da Carta das Nações Unidas e a desejada reestruturação do Conselho de Segurança o que levaria os quatro principais pretendentes: Brasil, Alemanha, Japão e Índia a obter assentos permanentes no Conselho. Com Antonio Guterres na Secretaria Geral da ONU o Brasil conta com um amigo em posição chave embora seja pouco o que, no curto prazo, ele possa fazer para avançar a tão adiada e complexa reforma da Carta de São Francisco.

Ter na chefia do Itamaraty um ex e possivelmente um futuro candidato à Presidência da República se por um lado atrai mais poder e maior visibilidade ao Ministério naturalmente o expõe, de fora mais direta, aos veementes embates das disputas político-partidárias. A isso se soma o fato de que o Governo Temer tem uma prazo de duração limitado e nasceu de decisões que dividiram desigualmente o país. Serra não deverá ter uma gestão fácil e o quadro internacional com o rancor que provoca o processo eleitoral americano, com os traumas não resolvidos do BREXIT e com a tragédia das grandes migrações é desafiador. Bastaria a guerra civil na Síria, toda a instabilidade no Oriente Médio, e a ameaça difusa e persistente do terrorismo para indicar que a vida internacional nos próximos anos será conturbada.

Não parece haver espaço no futuro próximo para grandes iniciativas internacionais nas quais o Brasil pudesse assumir uma posição de destaque. Há espaço para progressos na agenda ambiental e o sistema financeiro mundial precisa de uma injeção de animo e recursos. Mas não é fácil ver de onde, no curto prazo, uma importante iniciativa pudesse partir.

Parto assim da suposição de que a diplomacia brasileira pós impeachment e na gestão Temer/Serra concentraria esforços para negociar arranjos comerciais de âmbito bilateral ou sub regional que ampliem a nossa capacidade de competir e nos inscrevam nas grandes cadeias globais de valor. No âmbito sul-americano o grande desafio será o de encaminhar a situação na Venezuela para a menos trau-

mática das soluções e que uma democracia plena se restabeleça logo naquele país vizinho.

Não é pouco como tarefa e as circunstâncias, acredito, não permitem pensar em mais. O objetivo é devolver à diplomacia brasileira a preocupação exclusiva com a defesa e a promoção do interesse nacional e libera-la dos entraves e condicionais ideológicas que limitaram seu alcance e eficácia em anos recentes.

---

MARCOS DE AZAMBUJA é membro do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Foi Embaixador do Brasil na França e na Argentina. Secretário-Geral do Itamaraty de 1990 a 1992 e Chefe da Delegação do Brasil para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos, em Genebra de 1989 a 1990.